

Ditadura de quem?

EDER ALEXANDRE MARTINS*

Introdução

A pesquisa histórica da experiência ditatorial vivida pela sociedade brasileira entre as décadas de 1960 e 1980 enfrenta uma série de dificuldades. O manuseio de fontes tão recentes coloca problemáticas bastante específicas, entre elas a relativa imprecisão dos conceitos com os quais operamos. A pesquisa e a escrita sobre o assunto vão adensando, mas ainda trabalham com marcos provisórios e imprecisos. São as dificuldades e delícias de um caminho pouco percorrido. As imprecisões da pesquisa de um objeto pouco explorado não se manifestam somente no detalhamento mais profundo da fonte analisada, elas se fazem ver, por vezes, na própria definição do conjunto da experiência que se estuda. Ainda são tempos de darem-se nomes as coisas. Aqui o problema sobre o qual me debruço: que conceito explica com menor imperfeição a experiência ditatorial mais recente no Brasil, ditadura militar ou ditadura civil-militar?

O termo ditadura militar foi consensual nas linguagens acadêmica, midiática e popular durante grande parte do período da redemocratização que sucedeu a experiência ditatorial. Mais recentemente o conceito tem sido substituído no universo da academia pela ideia de uma ditadura civil-militar. Pesquisas recentes ressaltam a relevância da participação de setores da sociedade civil nas estruturas e decisões do regime ditatorial. Não causa espanto o surgimento do debate, a pesquisa histórica sempre coloca novos problemas, o que suscita a curiosidade é que embora o conceito não tenha prosperado ainda entre setores midiáticos ou no linguajar do homem comum ele tem hegemonizado, aparentemente com pouco conflito, as falas acadêmicas. Sem abordar, ainda, o mérito da questão cabe ressaltar que a ideia de civil-militar tem se tornado uma “obviedade” sem maiores problematizações, nas pesquisas acadêmicas recentes.

Talvez sejamos contemporâneos de conclusões óbvias após o acesso a fontes antes sonegadas, ou de um recalibramento conceitual inevitável diante de novas formas de abordagem histórica, mas permanece o desconforto de uma troca importante que foi pouco debatida. Talvez devamos nos propor a possibilidade do erro. A participação dos civis em

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

uma ditadura, mesmo que em uma com o poder exercido exclusivamente por militares não é uma obviedade? Não inexistiria qualquer governo que não contasse com uma sociedade civil que ao menos o tolerasse? Aceitar uma ditadura, por medo, conformismo ou desinformação, implica em se tornar coproprietário dela, ou estaria à participação na responsabilidade ligada a graus diferentes de envolvimento? O protagonismo na complexa rede que suspendeu as liberdades democráticas por uma geração inteira deve ser colocado em questão. Tratamos de uma experiência fundamentalmente de caserna ou de um projeto também de parte da sociedade civil? É uma pergunta que exige a resposta de outras questões.

Alguns argumentos e fontes que informam os conceitos

O que comprovaria um protagonismo partilhado na consecução da ditadura? A participação dos militares é pacífica, posto que exerceram diretamente os espaços centrais de mando na estrutura republicana e determinaram as regras da vida pública por 20 anos. Um protagonismo partilhado pela sociedade civil exigiria a constatação de determinado grau de comprometimento e participação. Mais claramente, para validar um termo como ditadura civil-militar é preciso comprovar o exercício concreto do poder por setores da sociedade civil. Afilio-me aqui a ideia de que numa ditadura civil-militar setores civis aceitam e colaboram com a ditadura e, mais importante, exercem diretamente parte não desprezível poder. As respostas dadas quanto à participação ou não de civis na determinação das ações do estado talvez apontem o caminho mais fecundo na resolução da pertinência dos conceitos em debate.

Os argumentos da resistência á troca conceitual encontram-se, de meu ponto de vista, mais claramente elaborados nos textos do historiador Carlos Fico e do jornalista Pedro Pomar. Pomar nos propõe o levantamento da trajetória das lideranças civis que apoiaram o golpe de 1964 como parâmetro de mediação da influência civil nos destinos do governo. Lembra que as principais lideranças pró-golpe seguiram o caminho do ostracismo político, como nos casos de Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Juscelino Kubitschek e Ademar de Barros. A não incorporação dos líderes golpistas deu início a um intervalo de participação dos civis no poder de estado que só iniciou seu lento termo com a ascensão de um civil a vice-presidência, Aureliano Chaves, no governo Figueiredo. Entre estes fatos tivemos, para Pomar, um

processo ditatorial em que o exercício do poder de estado foi de exclusiva responsabilidade das Forças Armadas, por conta disto, uma ditadura militar (POMAR, 2012).

Fico e Pomar apontam o controle centralizado, e rígido, de grande parte das esferas da vida pública como prova de sua tese. Os oficiais das Forças Armadas não só ocuparam com exclusividade a presidência da República como diversos dos cargos centrais da estrutura republicana, operaram um aparelho gigantesco de espionagem, tortura e morte que se infiltrou nas mais diversas camadas da estrutura social, engessando duramente qualquer possibilidade civil de interferir nos destinos da nação.

Se a preparação do golpe foi de fato "civil-militar", no golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares. Além das movimentações de tropas, desde o início do regime foi indiscutível a preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis. As sucessivas crises do período foram resolvidas *manu militari* e a progressiva institucionalização do aparato repressivo também demonstra a feição militar do regime. Do mesmo modo, sucessivas levas de militares passaram a ocupar cargos em importantes agências governamentais. Se podemos falar de um golpe civil-militar, trata-se, contudo, da implantação de um regime militar – em duas palavras: de uma ditadura militar (FICO, 2004:52).

Pedro Pomar adenda: os militares não teriam só controlado as esferas da economia e da política e sim determinado por vinte anos a formas pelas quais se realizaria a arte, a educação, os costumes e as maneiras de perceber o mundo.

Controlavam a sociedade por meio da comunidade de informações, encabeçada pelo SNI e formada por centenas de milhares de agentes e informantes (há quem fale em dois milhões de informantes), e cujo aparato repressivo possuía tentáculos operacionais que se apresentavam como siglas macabras: OBAN, DOI-CODI, CIE, CISA, Cenimar. Os militares passaram a controlar a educação, a cultura, o esporte (POMAR, 2012).

Segundo o autor a insistência no conceito de ditadura civil-militar serve, involuntariamente, a desresponsabilização dos verdadeiros atores, os oficiais do Alto Comando das Forças Armadas, das diversas formas de violência que marcaram o período. Pomar também alerta para o que considera a funcionalidade do conceito de ditadura militar na disputa pela memória que deve ser empreendida pelos historiadores. Acredita que a sociedade está, contemporaneamente, familiarizada com o conceito ditadura-militar e que adicionar-lhe

algo, além de não corresponder à verdade complicaria a disputa da memória sobre o período por conta de relativizar uma referência já consolidada.

Fico por sua vez, percebe na ideia de civil-militar, uma herança interpretativa marxista que tende a privilegiar a ação de setores econômicos e subestimar a autonomia de que gozaram os militares. Ao valorizar a ação de agentes econômicos, o capital transnacional e a burguesia brasileira, parte dos historiadores tende a descartar a possibilidade do protagonismo de um agente não diretamente conectado a estrutura produtiva, como no caso das Forças Armadas. Afirmando que obviamente existissem conexões sólidas entre os setores econômicos e os militares, lembra-nos que o privilegiar destas conexões pode nos levar a ignorar prevaleceram no fazer concreto do regime desejos e valores próprios do universo castrense brasileiro do período (FICO, 2004:53-55).

Por outro lado, a leitura de uma ditadura fortemente enraizada na sociedade civil e a participação desta nas mais diversas esferas, inclusive decisórias, do regime encontra sua defesa em número abundante de páginas. Diretamente, como no caso de Daniel Arão Reis Filho, ou como consequência inescapável de suas conclusões como ocorre com Maria Helena Moreira Alves em seu Estado e Oposição no Brasil.

Trabalha-se ali na tentativa de demonstrar a intensidade e relevância das determinações da sociedade civil sobre o regime ditatorial. Aceitando que parte significativa dos poderes de estado foi exercida diretamente pelos militares, Daniel nos pergunta pelos civis. Insiste na presença de colaboradores em vários níveis da vida pública.

Seria interessante pesquisar as grandes empresas estatais e privadas, os ministérios, as comissões e os conselhos de assessoramento, os cursos de pós-graduação, as universidades, as academias científicas e literárias, os meios de comunicação, a diplomacia, os tribunais. Estiveram ali, colaborando, eminentes personalidades, homens de Bem, alguns seriam mesmo tentados a dizer que estavam acima do Bem e do Mal (REIS FILHO, 2012).

O apoio civil esteve condicionado às flutuações conjunturais, sendo maior no período que coincidiu com os anos de chumbo, 1968-1974, e declinando nos anos seguintes. O que o autor acredita perceber é uma relação viva e permanente entre setores da sociedade civil que apoiaram o regime ao tempo em que podiam contar com a proteção governamental para seus interesses, que em alguns casos coincidiam com o dos militares, como no desejo de eliminar

fisicamente a presença de comunistas no país. A expressão política desta relação é, para Daniel, a Aliança Renovadora nacional, a ARENA, que “era “o maior partido do Ocidente”, um grande partido. Enquanto existiu, ganhou quase todas as eleições” (REIS FILHO, 2012).

O apoio civil ao Golpe, manifesto no conjunto de marchas que o antecederam, é apresentado na peça comprobatória. Daniel propõe que o anticomunismo, dentro do universo mental de uma sociedade imersa na conjuntura internacional da Guerra Fria, mobilizou parte significativa dos civis na direção de uma saída golpista.

É preciso recuperar a atmosfera da época, os tempos da Guerra Fria. De um lado, os EUA e o chamado mundo livre, ocidental e cristão. De outro, a União Soviética e o mundo socialista. Não havia espaço para meios-termos. A luta do Bem contra o Mal. Para muitos, Jango era o Mal; a ditadura, se fosse o caso, um Bem. No Brasil, estiveram com as Marchas a maioria dos partidos, lideranças empresariais, políticas e religiosas, e entidades da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), as direitas (REIS FILHO, 2012).

Reconhecendo que parte das lideranças políticas que apoiaram o golpe teve suas ilusões frustradas, sobretudo no que concerne a crença de que depuradas as estruturas republicanas do “perigo comunista” a normalidade democrática seria reestabelecida, e neste sentido subestimaram a possibilidade de protagonismo dos militares, Daniel afirma que a adesão civil se deu por outras formas e de maneira determinante no sistema que se institucionaliza após 1964.

A participação não se manifestou somente na existência de um grande partido civil que apoiava o Governo, prova de cooptação de lideranças políticas civis, ou na presença de amplos setores acadêmicos dóceis aos militares, o que mostra, no mínimo, o consentimento de parte da intelectualidade, mas também nas manifestações diretas de massa expressas nas altas votações da Arena ou no fato de Médici ser ovacionado no Maracanã na fase mais dura da repressão. Muitos civis não foram participantes involuntários do regime, mas seus emuladores e de certa forma protagonistas. Para o autor, não perceber isto gera deformações interpretativas, como a que, fundada na exclusividade do protagonismo militar, dá a ditadura como encerrada ao fim do governo Figueiredo. Desconsidera-se então que a sucessão civil, José Sarney, não foi resultado de eleições democráticas e sim de um acordo de transição. Para o autor o primeiro governo civil após Figueiredo está inscrito dentro do regime ditatorial só

podendo-se falar do fim formal deste após as eleições diretas de 1989, o que emblematicamente o protagonismo compartilhado.

Daniel vê dois problemas na manutenção do conceito ditadura-militar, resultado da subestimação da participação civil no regime, o primeiro a desresponsabilização de agentes civis concretos, instituições e indivíduos, que participaram ativamente do estado de exceção e se beneficiaram de suas ações. O segundo a percepção da ditadura como uma aberração política, sistema sem nenhuma sustentação em sua sociedade concreta que se mantinha exclusivamente pelo emprego permanente da violência, neste sentido “toda a sociedade seria percebida como parte da oposição”.

Aqui se podem somar de forma interessante algumas conclusões de Maria Helena Moreira Alves que lê o golpe como o corolário de uma visão de mundo que foi construída nas duas décadas anteriores, a Doutrina de Segurança Nacional, elaborada pela Escola Superior de Guerra, IPES e IBAD. Uma proposta de desenvolvimento capitalista conservador e progressivo, para o Brasil, fortemente marcada pelo anticomunismo e pela vinculação entre ordem interna e desenvolvimento econômico.

Trata-se de abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais. Permite o estabelecimento e avaliação dos componentes estruturais do Estado e fornece elementos para o desenvolvimento de metas e o planejamento administrativo periódicos (ALVES, 2005:42).

A autora defende a posição de que as políticas, interna e externa, da ditadura estiveram, em proporções determinantes, orientadas por um plano de ação previamente articulado com parte da burguesia nacional e capital transnacional. Neste caso pensa-se como secundária a participação presencial de civis nas estruturas do estado ditatorial, no sentido de que as ações de cada setor público estariam informadas por um plano societário consensuado com grupos, numericamente insignificantes embora economicamente poderosos, da sociedade civil. A DSG comportava as propostas mais caras ao universo castrense, como a manutenção da ordem interna e o anticomunismo ao tempo em que assegurava o que acreditavam a burguesia nacional e transnacional ser as condições apropriadas para um desenvolvimento capitalista seguro do Brasil.

A questão de Maria Helena não é a do protagonismo do regime e sim de sua serventia, neste sentido aponta a existência de um bloco civil-militar que aplica por duas décadas uma agenda compartilhada entre interesses do Alto Comando das Forças Armadas, setores da burguesia brasileira e interesses capitalistas externos.

Em sua variante teórica brasileira, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento constitui um corpo orgânico de pensamento que inclui uma teoria de guerra, uma teoria de revolução e subversão interna, uma teoria do papel do Brasil na política mundial e de seu potencial geopolítico como potência mundial, e um modelo específico de desenvolvimento econômico associado-dependente que combina elementos da economia keynesiana ao capitalismo de Estado (ALVES, 2005:31).

Até aqui Maria Helena transita dentro de uma tradição interpretativa conhecida, a que vê nos interesses econômicos capitalistas e no contexto da Guerra Fria uma fonte de determinações econômicas e políticas que marcaram profundamente as formas e conteúdos do estado ditatorial. Feito isto suas reflexões apresentam uma novidade, o pensar da relação dialética entre estado ditatorial e oposições como determinante importante nas feições que o regime adquiriu no tempo. Helena defende a ideia de que uma das consequências da DSN foi o aprofundamento progressivo da violência de estado, ao qual seguiram reações da sociedade civil que, a proporção que o regime endurecia, se disseminavam em setores cada vez mais amplos. Este processo teria sido o responsável por grande parte das ações do regime e ocasionou, segundo a autora, sua erosão política.

Este livro sustenta fundamentalmente que a natureza do Estado de Segurança Nacional só pode ser avaliada em relação ao processo dinâmico de sua interação com as formas e estruturas dos movimentos de oposição gerados/ na sociedade civil. Tanto as estruturas do Estado quanto as formas de oposição transformam-se permanentemente à mercê das tentativas de cada parte para controlar, conter ou modificar a outra. O relacionamento mútuo é, portanto, essencialmente dialético (ALVES, 2005:32-33).

O estudo se debruça então sobre um exercício comprobatório de tal afirmação que ultrapassa as possibilidades deste texto. O que vale, creio que ao menos como exercício heurístico, é a possibilidade de pensar o protagonismo civil de forma ambivalente, participação e resistência, sendo ambas nominadoras. Ditadura civil-militar, pois apoiada e combatida por civis em níveis que determinaram suas formas e destino.

Considerações Finais

Uma forma em geral apropriada de resolver uma questão pertinente à história é colocar mais fontes sobre a mesa. É o que nos recomenda Carlos Fico ao advogar que o conceito de ditadura civil-militar é resultado de um desejo de novos protagonistas somado a uma pesquisa insuficiente das fontes. Acredito que o problema é de outra natureza.

Não faltam fontes a nenhuma das posições, se a pesquisa dos aparelhos coercitivos da ditadura aponta um mecanismo de proporções gigantescas, sob o comando praticamente exclusivo dos militares e se é fato que estes ocuparam os mais importantes cargos da república, também é incontestável que os direcionamentos macroeconômicos e políticos do regime alinharam-se, de forma precisa demais para falarmos em acaso, com interesses de setores nacionais e internacionais da burguesia civil ao mesmo tempo em que civis colaboradores do regime ocuparam espaços de poder estratégicos dentro da sociedade brasileira, emulando e justificando a ditadura.

Resolver a equação em termos precisos exigiria, talvez, que o poder que tocou a cada um fosse matematicamente mensurável e que se apontasse o limite percentual deste a partir do qual cada grupo, ou indivíduo, passou a ser determinante para o conjunto do experimento, uma divagação matemática impensável na história. Retomo então, as questões iniciais: os civis aceitaram o golpe militar de 1964? Sim, a baixa resistência da sociedade civil e determinada apatia de estamentos significativos da população brasileira nos autorizam a pensar que uma parte, possivelmente majoritária, da sociedade civil percebeu o golpe e os governos que seguiram como um elemento contingente de suas vidas, algo que não estava relacionado a sua aceitação ou recusa e sim determinação de movimentos que transcendiam e eram obscuros a lógica e aos poderes locais.

Setores civis apoiaram o regime? Inegavelmente sim, tanto as marchas que antecedem o golpe como instituições civis que são contemporâneas da ditadura comprovam uma relação permanente e próxima de determinados agrupamentos civis com o Alto Comando das Forças Armadas. Podemos falar de apoio também entre setores do serviço público, da intelectualidade e em determinados momentos inclusive do conjunto dos de baixo.

Persiste uma pergunta. Setores civis participaram do exercício concreto do poder? Esta é, creio eu, a questão mais fundamental e mais difícil. Exigiria uma definição muito clara, e talvez para além de nossos instrumentos contemporâneos, do que era o poder nos tempos em questão. Tento perceber, aqui, o poder como a capacidade de determinar previamente, e influir no exercício concreto da execução de, um projeto societário que conte com forças suficientes para garantir sua hegemonia em determinado tempo e espaço. Neste sentido eu responderia que sim. Setores civis participaram e aqui me afilio a tese de Maria Helena, tanto na elaboração prévia dos planos do regime quanto influenciaram, como apoio ou oposição, sua implantação concreta em suas condições concretas. Como interesses das burguesias nacional e internacional ou como a forma de resistência as políticas mais brutais os setores civis se relacionaram com o regime de forma profunda e determinante. Tal conjunto de acontecimentos nos autoriza, creio eu, a falar de um protagonismo compartilhado.

Fica, no entanto a preocupação de Fico e Pomar, a de que não subestimemos, na interpretação da história, agentes como as Forças Armadas por conta de sua ausência da matriz produtiva. Os militares protagonizaram parte expressiva do regime ditatorial, surpreenderam setores civis, atravessaram duas décadas, com um governo que se pensava findo em meses, realizaram grande parte de seu projeto de Brasil, exterminaram fisicamente os que consideravam inimigos mais perigosos e, ao final, negociaram uma transição que até hoje os separa da punição por seus crimes.

A ideia de protagonismo partilhado não vem no sentido, e não devemos assim nos apropriar dela como historiadores, de obscurecer ou relativizar a responsabilidade de setores militares, que essencialmente cometeram sozinhos os crimes de sangue pelos quais a ditadura é responsável, e sim com a função de perceber que a responsabilidade recai também sobre outros grupos e interesses, sem os quais o regime, se tivesse existido, teria se dado por formas e meios diversos dos que caracterizaram a experiência concreta.

Bibliografia

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru – SP: EDUSC, 2005.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60 – 2004.

POMAR, Pedro E. da R. Um modismo equivocados. **Página 13**, São Paulo, p. 10 - 10, 01 ago. 2012.

REIS FILHO, Daniel A. A ditadura civil-militar. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 2-2, 31 mar. 2012.